

LEI Nº 1.210 /2.002.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CUSTEAR DESPESAS COM MENSALIDADE ESCOLAR DE SERVIDORES QUE SE ENCONTRAM REGULARMENTE MATRICULADOS EM CURSOS DO ENSINO SUPERIOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Ribeirão Vermelho-MG., por seus representantes aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Artº 1º - Fica o Poder Executivo autorizado, a custear despesas com mensalidades escolares no ensino superior, de servidores públicos municipais efetivos, a título de qualificação profissional na área específica da sua respectiva função, objetivando o aprimoramento da qualidade do serviço público, desde que se encontrem regularmente matriculados em Instituições de Ensino, credenciados pelo Ministério da Educação.

Artº 2º - O pagamento das mensalidades de que trata o artigo 1º será efetuado diretamente à instituição de ensino, mediante quitação e comprovante de frequência às aulas pelo beneficiário.

Artº 3º - A seleção dos servidores beneficiários, se dará mediante avaliação por uma comissão municipal nomeada pelo Prefeito Municipal, observando a disponibilidade orçamentária e as condições financeiras dos referidos servidores.

Artº 4º - O benefício da bolsa escolar, fica condicionada à comprovação da matrícula, bem como da frequência regular ao respectivo curso, podendo ser suspenso o pagamento, caso a Administração Municipal verifique a falta desses requisitos.

Parágrafo Único – O benefício poderá ser suspenso a qualquer época, por avaliação da Administração Municipal.

Artº 5º - O pagamento de mensalidades escolares para o ensino superior, só poderá ser efetuado, se a Administração Municipal comprovar que está cumprindo a exigência constitucional, de aplicação de no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) da receita corrente

líquida, prioritariamente na manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental e na educação infantil, nos termos do artigo 21, § 2º da Constituição Federal.

Artº 6º - A comprovação da exigência contida no artigo anterior, se dará pela demonstração mensal do Quadro de Despesas com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, que é enviado ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

Parágrafo Único – Caso não esteja sendo cumprida a meta mínima equivalente aos 25% (vinte e cinco por cento) prioritariamente com o ensino fundamental e educação infantil, fica vedado ao Poder Executivo qualquer realização de despesa com mensalidade escolar para o ensino superior.

Artº 7º - O Município exigirá dos beneficiários, como contrapartida pelo custeio das mensalidades, ações supervisionadas no seu setor de trabalho, de acordo com cada especialidade acadêmica, com duração periódica e horário compatível conforme cada caso.

Artº 8º - As despesas decorrentes da aplicação desta lei, correrão a conta de rubricas próprias, constantes do orçamento em execução, inexistindo fica o Prefeito Municipal autorizado a abrir crédito especial através de Lei.

Artº 9º - Revogam-se as disposições em contrário, esta Lei, entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ribeirão Vermelho, em 23 de Janeiro de 2.002.

Célio Carlos de Carvalho
Prefeito Municipal

Miriam Cristina da Purificação Faria
Secretária